

ATA	DA REU	JNIÃO	ORDINA	ÁRIA DA	ASSEM	BLEIA	MUN	ICI:	PAL
DE	MONDI	M DI	E BASTO	O, REAL	LIZADA	NO	DIA	14	DE
DEZ	EMBRO	DE 201	2	همه شنية خين أشار جين تينو فينة فين جين ابيرا جين جين ب					
Ac	os catorze	do mês	de dezemb	oro do ano	de dois n	nil e do	ze, pela	as dez	zoito
_							_	4	. ~

horas, reuniu-se na Assembleia Municipal de Mondim de Basto o Orgão deliberativo deste município.

PRESENÇAS: -----

Faltaram à presente sessão os membros municipais Aurora Maria Pereira e Peixoto e Pereira e Maria da Glória Leite Nunes, tenho apresentado as devidas justificações, pelo que a Mesa deliberou justificar estas faltas. ------

O membro da Assembleia Municipal Maria Laura Esperança Insua Pereira, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos das disposições combinadas nos artigos nº1 e nº2 e 79° nº1 da lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelo cidadão imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista, Carlos Filipe Meireles Macedo. O membro municipal João Diogo Alarcão de Carvalho Branco, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos das disposições combinadas nos artigos 78° n°1 e n°2 e 79 n°1 da Lei n° 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelo cidadão imediatamente a seguir nas listas do CDS-PP, Eduardo Costa Aguiar. O membro da Assembleia Municipal Jorge Rabiço da Costa, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos das disposições combinadas nos artigos nº1 e nº2 e 79° n°1 da lei n° 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelo cidadão imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista, Amílcar Carvalho Silva. ------



Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos
do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada
pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de
presença
ABERTURA DA REUNIÃO

Face à ausência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o membro municipal José Francisco Teixeira Lopes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, substituiu-a, tendo designado, interinamente e para esta reunião, o membro municipal José Joaquim Ribeiro Pereira Afonso para desempenhar as funções de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia.

Pelas dezoito horas, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----
1-Antes da ordem do dia ------

1.2- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva iniciou a sua intervenção referindo que as primeiras chuvas puseram a nu as debilidades que se podem constatar nas recentes obras que foram feitas na vila. Salientou que logo pela manhã havia inundações, que continuam, e que mostram bem as debilidades que aconteceram, que não estavam previstas e que merecem algum reflecção. O membro municipal realçou que o atual executivo anunciou aos mondinenses uma ação centralizadora de uma política de um Mondim para Todos, versada numa ideia de verdade, de rigor e transparência. Ora verificase que levou a cabo um conjunto de obras por todo o concelho, sem concurso, nomeadamente uma série de pavimentações, que não foram publicitadas na plataforma www.anogov.pt antes da sua execução e término, pelo que se desconhece o valor, as verbas alocadas a cada uma destas empreitadas, e quem são os empreiteiros. Face ao exposto e de acordo com o princípio a que estão sujeitas as autarquias, colocou as seguintes questões: O



O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para reforçar que de facto se verificou que as obras da regeneração urbana estão coberta de falhas. Entende que esta sessão da Assembleia devia ser adiada, porque há vários problemas e os presidentes de junta, de certeza, preferiam estar no tereno a olhar para as situações catastróficas que as pessoas estão a passar. Referiu o exemplo de um caso em Mondim onde uma senhora deixou de trabalhar, tem o comércio fechado, está desde de manhã a tentar tirar a água, ainda continuam lá bombeiros, as juntas e a Câmara Municipal a tentar resolver o problema da senhora. Lamentou o facto de ver presente nesta Assembleia o Senhor Presidente da Câmara, Presidente da Proteção Civil, seco nas cerimónias, enquanto as pessoas estão todas lá fora aflitas. Considera que um Presidente da Proteção Civil devia estar, hoje, no terreno e pedir o adiamento desta Assembleia. Quanto às obras da regeneração urbana tão elogiada, questionou



o seguinte: o CDS-PP apresentou um requerimento a solicitar vários documentos e estes documentos não foram apresentados, tendo sido, no último dia do prazo, facultada a consulta do processo. Consultou o referido processo e verificou o seguinte: houve alterações de obras, a menos, no projeto da regeneração urbana - o cruzamento da avenida Dr. Augusto Brito com a Avenida da Igreja está alterado, havia um sentido para a esquerda; a eliminação de um triângulo junto a pizaria Dylan com a estrada nacional; eliminação de lugares de estacionamento no corredor da avenida central da avenida Dr. Augusto Brito; eliminação de uma passadeira elevada na avenida Dr. Augusto Brito; eliminação de duas plataformas lajeadas em frente ao prédio conhecido como hotel das rãs; não execução da pavimentação ao mercado municipal, da traseira do edifício social na Avenida Dr. Augusto Brito e da zona envolvente da Praça da Via Cova; alteração do paralelo azul pelo paralelo amarelo; criação de zonas de estacionamento na Avenida da Igreja no sentido sul – norte; não foram colocadas caldeiras na rua dos bombeiros e no estádio do mondinense; não foram colocadas as centrais de compostagem na zona verde; a relva aplicada foi relva semeada e a relva do projeto era de tapete. Mas para além disso, considera mais grave, tendo já o CDS-PP solicitado explicações, que, para além da inexistência de qualquer autorização das alterações, poderá estar em causa a falta de retorno dos fundos comunitários. Realçou a não execução de obras em vias, ruas da vila de Mondim de Basto, que se encontravam projetadas, candidatadas e financiadas que estão medidas em auto de medição e pagas como se estivessem executadas. Essas obras, que não foram feitas, estão pagas a 100%, o auto foi garantido pela empresa responsável pela fiscalização, a empresa Geada, gabinete de engenharia. Considera que o Senhor Presidente da Câmara, tendo em conta que essas alterações não foram feitas, deve uma explicação muita



séria, muita transparente e muito rigorosa sobre essas alterações feitas à sua vontade e não à vontade do executivo da câmara.

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira iniciou a sua intervenção referindo que esta primeira vaga de chuva veio realçar as debilidades que as novas obras possuem relativamente ao escoamento de água e que foram vários os locais no centro da vila que hoje de manhã ficaram inundados, afetando gravemente a mobilidade das pessoas e veículos. Considera que, também neste aspeto, as duas lombas construídas na Avenida da Igreja acabam por ser um grande obstáculo à circulação. O seu tamanho exagerado prejudica gravemente os veículos e torna-se um incómodo para quem as atravessa em bicicleta. Não querendo colocar em causa a sua existência, que é importante, considera que o que está em causa é o seu tamanho exagerado pelo que será portanto importante reajustar o seu tamanho. Voltou a frisar a importância do arranjo do caminho para o parque de campismo de Mondim de Basto que, com esta queda de chuva, foi um caos para quem teve que a atravessar, tendo sido o seu arranjo adiado de forma inexplicável. Destacou favoravelmente o início do serviço da oficina móvel, sendo que várias vezes se insurgiu nesta assembleia pelo facto de o serviço ainda não estar ao serviço da população, considerando que é um serviço de apoio domiciliário importante e que, a ser bem executado, como todos esperam, será uma mais-valia para a população e que, mesmo não sendo inovador uma vez que já há vários concelhos que possuem este serviço, constava nos programas eleitorais de todos os candidatos à autarquia, o que revela consensualidade da sua importância. Considera que esta medida só peca por tardia, recordando que a promessa da sua implementação remonta do orçamento e grandes opções do plano para 2010. Acrescentou que o mesmo aconteceu com a abertura da biblioteca que em 2010 foi prometido que iria correr no início de 2011 e estando já a entrar em 2013 e continua-se à espera da sua abertura. Neste dois



casos e porque o anúncio da data da inauguração do serviço partiu do executivo, considera que, na presente data, ou estamos perante uma falha de gestão ou a Câmara já está a ser gerida de acordo com o calendário eleitoral autárquico sendo que, em ambos os casos, a população é que perdeu por não poder usufruir de serviços cujo investimento já está a ser feito ou já foi efetuado.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campanhó, Mabílio Ribeiro Peixoto usou da palavra para, uma vez que já é considerado aquele tal dos recados, dar mais um recado ao Senhor Presidente da Câmara e à Senhora Vereadora. Referiu que, tendo a Senhora Vereadora, há uns dias sobre o convívio dos idosos falado em falta de palavra da sua parte, com respeito à palavra, se houvesse palavra o cemitério de Campanhó já estaria feito há muito tempo porque o Senhor Presidente da Câmara, dentro do seu gabinete e aquando da preparação do orçamento para 2011, lhe tinha dito que o cemitério de Campanhó iria ser feito em 2011. Relativamente à palavra, mais acrescentou que o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora estiveram presentes na sessão de assembleia municipal realizada em Campanhó onde prometeram transporte uma vez ou duas por semana para Campanhó e para Pardelhas mas que até à data não há esse transporte. Relembrou também a necessidade de colocação de rails na estrada de Campanhó, que é a estrada que mais necessita de ter proteção no concelho e não tem, apesar de já aqui se ter falado neste problema tão grave. Quanto à limpeza de silvas nas valetas em Campanhó que continuam por limpar, interrogou o Senhor Presidente, sobre o facto de as freguesias não serem tratadas todas por igual. Terminou dizendo que lhe parece ser vingança política e que não vê palavra nenhuma nos políticos deste executivo.

O membro municipal Carlos Filipe Macedo iniciou a sua intervenção no sentido de deixar apenas algumas referências relativas ao trabalho que tem



vindo a ser realizado pelo atual executivo. Começou pela mais recente e que vem dar seguimento a um dos compromissos assumidos por este Presidente no início do seu mandado, a da oficina móvel, medida social que vai permitir aos mais desprotegidos do concelho usufruir de um serviço gratuito de pequenas reparação domésticas e de um conjunto de outros serviços a que de outra forma não obteriam acesso facilmente. Acrescentou também o facto de, e certamente que é do agrado de quem trabalha com a autarquia, neste momento não existirem quaisquer dívidas a fornecedores. No seguimento das medidas económicas, congratulou-se com a orientação e gestão da obra que foi feita em Mondim durante estes três anos, pois, para além de ser evidente a melhoria das condições na vila e do próprio aspeto visual, é de relevar que a obra está paga e sem derrapagens e este é um facto, não é o único, mas não é fácil acontecer em obras públicas pelo que se deve enaltecer. Concluiu dizendo que se se acrescentar a esta gestão o facto de ainda ser possível preconizar uma redução da dívida, pode-se aferir que este executivo está a realizar um excelente trabalho para o qual não pode deixar de dar os seus parabéns. -----

O membro municipal Luís Sabino de Moura usou da palavra para, uma vez que se falou em água, perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se no próximo agosto as casas das freguesias, como por exemplo do Bilhó, de Vilarinho, e muitas outras vão continuar sem água ou se vão ter agua. Perguntou também se efetivamente já houve reflecção séria e se há ou não um destino para as instalações de Bromela para a captação da água, a dita ETAR. Considera que fazer política nos últimos vinte anos foi fácil, agora hoje é muito difícil e nos anos que vêm vai ser necessariamente muito mais difícil pelo que importa que a câmara pense efetivamente que é preciso criar postos de trabalho, trabalho em Mondim de Basto, e isso não é muito difícil a partir do momento que haja alguma vontade e alguma estratégia. Considera que



O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra referindo que registou as questões colocadas e que iria responder apenas àquelas que entende, lamentando todas as insinuações feitas, que envolvem até se calhar características pessoais, ficando as palavras na boca de quem proferiu essas acusações, não fazendo nenhum comentário sobre isso. Lamentou profundamente que se venha aqui para Assembleia Municipal, que devia ser um órgão onde se discutem os assuntos do concelho, com seriedade, fazer ataques e acusações pessoais numa espécie de campeonato no qual não joga, sendo este um caminho que algumas pessoas escolheram, o da insinuação, o do insulto, o da acusação. Começou pela questão das inundações e por aquilo que ouviu dizer sobre o facto de que a chuva pôs a nu todas as deficiências da obra. Referiu que tinha falado com os técnicos da Câmara que o informaram que, ao contrário de algumas coisas que foram aqui ditas, houve apenas uma situação que resultou da obra, mas que se forem contabilizadas, houve situações que ocorreram no passado e que deixaram de existir agora com a obra. É que toda a gente falou nas situações que ocorreram mas ninguém falou em situações que no passado o correram e que agora deixaram de existir



pelas obras. Mais acrescentou que houve apenas uma situação na vila, estando na sua posse o relatório enquanto responsável pela proteção civil. Interrogou se alguém estava à espera que hoje não ocorressem inundações em Mondim, tendo essas ocorrido em todo lado? Considera que a Proteção Civil funcionou muito bem, estando a maior parte dos problemas resolvidos. Referiu que houve uma situação grave em Parada, que já aconteceu no passado, não sendo responsabilidade do executivo nem da Câmara, nem da Junta de Freguesia, e lamentou que se utilizem estas situações de proteção civil, que são graves, face às quais todos procuram fazer o melhor, que são situações de emergência às quais se dá as respostas que são possíveis naquele momento, para fins políticos. Considera que há pessoas aqui nesta Assembleia que de forma repetida e insistente utilizam uma política baixa, sem escrúpulos, não estando a referir o nome de ninguém, que se aproveitam de tudo para fazer política, lamentando profundamente esta constatação. Sobre esta questão das obras e das inundações conclui dizendo que, sendo o responsável pela proteção civil, estava muito satisfeito com o desempenho dos funcionários de autarquia e dos Senhores Presidentes de Junta. Para terminar acrescentou que considera uma interpretação abusiva dizer que as obras da vila resultaram ou provocaram as inundações. Acha isso uma interpretação abusiva e injusta para quem fez as obras, para quem planeou as obras, para quem executou as obras, e acha que esta tentativa de denegrir constantemente as obras é de facto uma telenovela. Enquanto responsável do executivo, referiu que as obras estão muito bem executadas, existindo problemas, como é claro, pois quando se fazem obras naturalmente que há situações que correm bem e outras que correm menos bem e que se corrigem. É assim que as situações devem acontecer pelo que não vale a pena estar aqui a desviar o assunto. Relativamente à intervenção do membro municipal Bruno de Moura Ferreira, que falou nas debilidades das obras, mas que não foi tão específico como os



outros intervenientes, o Senhor Presidente reconheceu que as lombas na Avenida da Igreja se calhar, para quem anda de carro e passa lá, como é o seu caso, podem parecer um pouco exageradas, mas o seu objetivo é que os automobilistas parem, as lombas estão sinalizadas. Considera que se deve ter uma vila que seja equilibrada entre o trânsito automóvel e o trânsito pedonal e transmita segurança para as pessoas circularem em segurança, sobretudo as crianças e os idosos, sendo necessário criar situações que limitam a velocidade dos carros. Esta forma de organizar a vila é uma questão equilibrada que acontece aqui, acontece em todo lado. Realçou que, se se vier a verificar que de facto as inclinações das lombas devem ser melhoradas, naturalmente que a autarquia o fará, mas que a lombas foram executadas de acordo com o projeto, sendo que as situações que ocorreram até ao momento foram por descuido dos automobilistas. Relativamente à oficina móvel agradeceu o elogio do Senhor deputado Bruno Ferreira, concordando com ele sobre o facto de ser um projeto importante e que foi executado só agora porque só agora é que foi possível implementar no terreno, foi preciso adquirir a carrinha, foi preciso equipar a carinha com ferramentas. Pensa que isto será útil para as pessoas, são pequenas reparações que podem mudar a vida das pessoas, são reparações pequenas mas que melhoram as condições de habitabilidade das casas e, nalgumas situações, se não fosse a Câmara, provavelmente as pessoas continuariam sem uma lâmpada, com uma torneira a pingar, ficando logo numas situações mais desagradáveis. Sobre a abertura da biblioteca, referiu que já tinha explicado a situação em assembleias anteriores. Pensa que é injusto dizer que o executivo já tinha a biblioteca feita, havendo pessoas que tentam passar a ideia que a biblioteca estaria pronta para abrir já há 3 anos, o que não é verdade. Para que a biblioteca seja inaugurada é preciso, além do edifício, que de facto estava construído, apetrechar o edifício com livros, com material informático, com mobiliário, com acessos.



Acrescentou que foram adjudicadas neste executivo obras num valor de um milhão de euros e que o contrato de financiamento da biblioteca foi já assinado em 2010. Concluiu dizendo que a biblioteca não está a funcionar porque não foi possível. Acrescentou que o Senhor Presidente da Republica foi convidado pela Câmara Municipal para vir inaugurar a biblioteca, estandose a aguardar o agendamento da visita do Senhor Presidente da Republica pelo que, em breve, a biblioteca entrará em funcionamento. De seguida, agradeceu ao Senhor deputado Carlos Macedo os comentários simpáticos e elogiosos que fez sobre a atividade do município. Relativamente à intervenção do membro municipal Luís Sabino sobre a questão da água, informou a Assembleia que a Câmara estava neste momento a instalar contadores exatamente para prevenir estas situações de falta de água no verão que acontecem e que são cada vez menos frequentes porque tem sido feito um investimento. A medida que a autarquia for instalando os contadores irá melhorando o sistema de abastecimento de água e as pessoas irão pagando a água ao mesmo preço que pagam na vila. Isto não pode ser feito de uma vez só porque só podemos fazer com os funcionários que existem na autarquia mas há aqui um trabalho feito, um trabalho que está a resultar e que se irá estender a todo o concelho. Relativamente à estação de tratamento de água, também informou que a autarquia apresentou no final de novembro uma candidatura ao POVT, no valor de 885.000 euros, para obras já realizadas, e também 230.000 euros, para obras a realizar. A ideia é que se esta candidatura for aprovada poder-se-á, além de fazer um encaixe financeiro da obra que já foi realizada, ter a oportunidade de finalmente a estação de tratamento de água aos restantes sistemas de abastecimento de água. Neste momento existe a estação de tratamento de água mas não há ligação aos outros sistemas porque é preciso fazer investimento, a autarquia não tem disponibilidade financeira e



portanto vai-se aguardar por esta candidatura que tem uma comparticipação de 85 %. -----

O membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para defesa da honra no sentido de fazer referência à Mesa porque quando os senhores deputados fazem as intervenções fazem no tom que acham que é adequado e não fazem nem usam nenhum tipo de vocabulário que, às vezes lançado um bocadinho para o ar, pode gerar algumas inconveniências. Julga que da forma como o Senhor Presidente de alguma forma fala sobre alguns deputados, que não diz os nomes, se calhar seria mais sério e líquido abordálos. Relembrou que o Senhor Presidente da Câmara, nos tempos em que era deputado nesta Assembleia, em mandatos anteriores, e mesmo no papel de vereador, relativamente a algumas obras teve alguns comportamentos, quando lançava aqui algumas questões, que se calhar eram mais agitados, mais insolentes, mais reacionários. Terminou dizendo que tem todo o direito que lhe respondam às suas questões.



1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal
De seguida, pela Senhora Presidente da Mesa foi presente a
correspondência recebida enviada
2-Ordem do dia
2.1- Aprovação da ata da reunião de 29 de junho de 2012, de 28 de
setembro de 2012 e de 12 de outubro de 2012
Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à
votação a aprovação da ata da reunião de 29 de junho de 2012 que foi
aprovada por maioria com dezassete votos a favor e quatro abstenções.
Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou
à votação a aprovação da ata de 28 de setembro de 2012 que foi
aprovada por maioria com dezoito votos a favor e três abstenções. –
Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou
à votação a aprovação da ata de 12 de outubro de 2012 que foi aprovada
~ · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
por maioria com vinte votos a favor e duas abstenções
por maioria com vinte votos a favor e duas abstenções.
por maioria com vinte votos a favor e duas abstenções
por maioria com vinte votos a favor e duas abstenções
por maioria com vinte votos a favor e duas abstenções
por maioria com vinte votos a favor e duas abstenções
por maioria com vinte votos a favor e duas abstenções. ————————————————————————————————————
por maioria com vinte votos a favor e duas abstenções. ————————————————————————————————————
por maioria com vinte votos a favor e duas abstenções
por maioria com vinte votos a favor e duas abstenções. ————————————————————————————————————
por maioria com vinte votos a favor e duas abstenções. ————————————————————————————————————
por maioria com vinte votos a favor e duas abstenções



diferença? O orçamento de 2012 apresentava um valor de 5 ME para investimento que dependia da possibilidade de candidaturas ao QREN e das contrapartidas da EDP. As obras previstas no plano só se concretizariam se tivessem verificado cumulativamente as duas situações. Nenhuma delas se verificou, infelizmente! Por razões alheias ao município. Assim esses investimentos não foram realizados. Por opção, este orçamento é mais prudente, dada a conjuntura do país. Ao contrário de em 2012, neste orçamento, em vez dos valores de investimento de cada obra, inscrevemos apenas um valor para deixar a rúbrica aberta. Se em 2013 estas duas circunstâncias, que referi, se verificarem o orçamento está preparado para fazer esses investimentos. No que diz respeito às Despesas de capital, uma referência à venda de património: - O orçamento de 2012 apresentava um valor de 1 500 000. Esta receita não entrou, mas no entanto não acumulou à divida porque este valor estava destinado integralmente para amortização da dívida e não, como aconteceu no passado recente, para cobrir despesa. - Em 2013 inscrevemos para venda de património, apenas 100 100 euros. Tal como em 2012 se entrar esta receita será apenas para amortizar a dívida. Gostaria de vos informar sobre os Principais projetos que incluímos neste orçamento. Demos prioridade àqueles com financiamento comunitário: Centro comunitário de Atei - Taxa de comparticipação PRODER de 60%; Casa de abrigo de Sobreira - Está a ser preparada uma candidatura a apresentar brevemente ao PRODER. Destas duas candidaturas uma está já aprovada e a outra tem boas possibilidades de aprovação. Incluímos outros projetos que consideramos necessários ao desenvolvimento do concelho, mas que, no entanto estão dependentes do QREN. A incerteza quanto à abertura de candidaturas aconselha-nos muita prudência nas expectativas sobre a concretização desses projetos: Damos continuidade aos seguintes projetos: Valorização das Fisgas de ermelo; Melhoria de vias municipais; Eficiência energética do pavilhão gimnodesportivo e estádio municipal (aguardam aprovação desde 2011); Reabilitação da Casa da Cultura; Pontos negros; Requalificação do mercado municipal. Há três fatores importantes que marcaram a elaboração deste documento: A partir de Julho de 2013 começamos a pagar a amortização do empréstimo de saneamento financeiro. Em 2013 serão 7 mensalidades no valor mensal de 125 000 euros. Já no



próximo ano 875 000 euros do orçamento da autarquia serão gastos em amortização do empréstimo de saneamento financeiro, para além dos restantes encargos com a divida: Juros e amortizações de outros empréstimos. De referir que os encargos da dívida representam mais de 1/4 do total da despesa da câmara. Fundo de regularização municipal: Temos retidos desde 2009, 1600 000 euros. Segundo a lei de orçamento para 2013, entretanto aprovada, este valor será devolvido aos municípios para amortização da dívida. A verificar-se será um excelente contributo para a diminuição da dívida a longo prazo. Este mandato, nunca escondemos será marcado pela diminuição da dívida! Outro dado importante que esteve presente na elaboração deste e dos orçamentos anteriores, a partir de 2009, é o documento do saneamento financeiro aprovado em 2010. Temos de observar e acompanhar os compromissos assumidos por unanimidade, convém referir e relembrar: Despesas correntes -As regras para o apuramento das receitas estão definidas: a média dos últimos 24 meses. Baixamos o IMI de 0,4 para 0,35. Prevê-se um aumento da receita em resultado da reavaliação dos prédios urbanos. No entanto não é possível quantificar com rigor o impacto deste aumento de receita. Um dado importante sobre o IMI: No orçamento de estado para 2013 está previsto que o aumento que as autarquias vão obter por via da atualização vai ser canalizado para apenas para a amortização da dívida e não para cobrir despesa. Só conseguimos baixar o IMI porque temos seguido uma política de rigor no que diz respeito às contas. Recordo com satisfação que o desempenho da autarquia em relação às dívidas a curto prazo tem sido excelente. Se assim não fosse teríamos de recorrer ao PAEL como fizeram 82 municípios. Se assim não fosse, a autarquia ficaria sem margem para baixar o IMI e teria nesta caso obrigatoriamente de aplicar o valor máximo, 0,5%. Vale a pena gerir bem e com rigor. Os resultados comprovam e dão-nos razão. Hoje a câmara de Mondim paga a tempo e horas. Basta aliás confirmar junto dos fornecedores. As despesas de pessoal são uma fatia importante do orçamento da autarquia Nesta rúbrica, com a gestão correta em termos de recursos humanos e a redução do número de funcionários, a partir de 2009, quer pela aposentação quer pela mobilidade, garantimos o cumprimento da redução prevista no OE de 2012. A autarquia tem hoje um quadro de pessoal mais reduzido. O peso das despesas com



pessoal tem vindo sucessivamente a diminuir, nos últimos três anos. Em 2013 há um agravamento da taxa para a caixa geral de aposentações que passa de 15 para 20%., o que corresponde a um acréscimo na despesa de cerca de 60 000 euros. Além da devolução do subsídio de natal a todos os funcionários. Apesar disto vamos continuar em 2013 com a tendência de descida das despesas com pessoal, fieis ao compromisso assumido no saneamento financeiro. Para 2013 a dotação com a despesa com pessoal fica aquém do previsto no plano de saneamento financeiro. Mais uma marca deste mandato! Para terminar, um olhar sobre as despesas com bens e serviços (transportes escolares, alimentação, recolha de lixo, transferências para a Mondim + Social, energia, combustíveis, comunicações, etc...). O orçamento de 2012 apresentava um valor de 2 400 000 euros. Em 2013 esse valor é de 2 000 000 euros. Há portanto uma redução. Este dado mostra que estamos também a diminuir as despesas correntes. Esta poupança nas despesas correntes deve-se à renegociação de contratos, racionalização de despesas. Apesar do aumento, por exemplo da energia e combustíveis. Em 2013 temos presente o objetivo de manter este esforço de redução das despesas de funcionamento. Gostaria de vos pedir desculpa pela extensão do documento que acabo de ler, mas a importância do orçamento justificam em meu entender o tempo gasto na sua apresentação». -----

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira começou por questionar se existia alguma explicação para o facto do Conselho Municipal da Juventude não ter sido auscultado para dar o parecer a este orçamento, recordando que o Concelho Municipal da Juventude já não reúne desde maio estando já em atraso, pelo regulamento, em já duas reuniões. Quanto ao orçamento entende que, pela primeira a vez neste mandato, as despesas correntes são superiores às despesas de capital. Comparativamente a 2011, considera que a despesa corrente do orçamento de 2013 é superior. Sobre a despesa, solicitou esclarecimento da finalidade de 28 000 euros na rubrica representação. Questionou também o aumento exagerado da rubrica dos combustíveis que passa de 50.000 euros para 143.000 euros, o aumento do preço dos



combustíveis de um ano para o outro não justificando este aumento brutal. Verifica que a rubrica outros bens, em diversos, tal como no ano passado, continua a ter um valor exagerado para alínea tão vaga: colocar 26.000 euros para diversos merecem uma explicação a esta Assembleia. Questionou também quais os estudos, pareceres, projetos e consultadoria que justificam os 52.000 euros que esta rubrica contém. Na rubrica iluminação pública, evidencia que se passa de 162.000 euros para 220.000 euros, pelo que gostava também que pudesse ser esclarecido sobre este aumento. Na rubrica outros serviços, em seu entender, a alínea diversos possui o valor de 63.000 euros. Para que este não fique conhecido como o orçamento dos diversos, considera que era era igualmente importante o esclarecimento desta rubrica. Quanta à receita, em receitas de capital na venda de bens de investimento, desapareceu um valor de 1 000 000 de euros na rubrica edifícios. Este valor era no orçamento anterior associado à venda da Casa de Igreja pelo que gostava de perguntar se a Casa da Igreja já não vai ser vendida e, se não for, qual e a solução para este imóvel. -----

O membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para deixar duas notas sobre o orçamento. Uma delas relaciona-se com o código 10030102 que faz referência ao fundo de endividamento municipal num valor de um milhão e quinhentos mil euros. Sabe que tem a ver com o arrecadar de uma verba que tem a ver com o endividamento pelo que coloca a seguinte questão: não há qualquer endividamento líquido na autarquia neste momento? O executivo não tem endividamento e tem de alguma forma a certeza que irá receber esta verba, ou não? Porque no Decreto-Lei 120/2012, no artigo 19°, faz uma referência em caso de municípios sem dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias, os montantes irão ser devolvidos. Referiu que estranhava o facto de que ao nível das Juntas de Freguesia esteja previsto



apenas 100 euros. Concluiu dizendo que considera que este orçamento é um orçamento de gestão, que de plano de investimento não tem nada. -----

O membro municipal Luís Sabino de Moura iniciou a sua intervenção dizendo que relativamente ao orçamento considera que de facto há algum realismo neste orçamento e de facto é de louvar, e que se houver mais receitas faz-se um retificativo, devemos começar sempre assim, fazer sempre assim porque estes tempos não permitem outra coisa. Mas deixou alguns alertas. O Governo da Republica, em ano de eleições autárquicas, até está a ser generoso, este ano não vai ser mau. Há o aumento brutal dos impostos, nem se sabe muito bem quanto é que é, mas há-de haver um retificativo para documentar essa receita. Iremos ter mais impostos, mais empréstimos e isso vai compor muito e vai criar espectativas grandes nos executivos. Manifestou que gostava que o Presidente de Câmara não se deixasse influenciar por essa generosidade e apertasse na alavanca da despesa porque ela está muito alta. Só há de facto uma forma de haver sustentabilidade: é que a alavanca da despesa tem que baixar, os custos fixos da Câmara são insustentáveis. Alertou também para uma situação que ninguém falou porque as taxas de juro influenciam brutalmente a despesa corrente desta camara e se ela sobe 2 % ou 3% é uma verba substancial. A Câmara deve aproveitar esta baixa residual da taxa juro que se reflete à volta dos vinte milhões de euros, é muito dinheiro, é aproveitar essa redução de custos e amortizar alguma divida. ------

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos. Relativamente à questão dos combustíveis e da iluminação pública que o senhor deputado Bruno Ferreira colocou, referiu que a dotação a que o senhor deputado se refere é a dotação inicial porque depois ao longo de 2012 foram feitas alterações orçamentais que reforçaram aquelas rubricas. Ou seja, a comparação que foi feita entre o valor que está neste orçamento e o valor referido não é uma comparação exata porque tem que se comparar com



O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, lamentou que de facto só haja cem euros para as freguesias e que não se compreende porque é que todos os anos as freguesias foram chamadas para participar no orçamento e este ano não foram chamadas. Considera que isto só revela que nas obras que estão a ser feitas ninguém é chamado, ninguém é tido, portanto o Senhor Presidente da Câmara faz a sua gestão. Acrescentou que a freguesia de Mondim tem sete obras que coloca desde o princípio do ano e nenhuma delas foi feita, e não foi contemplado e nenhuma das obras que foram feitas, que ninguém sabe como é que elas foram feitas e quanto é que custaram ao Senhor Presidente.

Não havendo mais intervenções relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Grandes Opções de Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2013, tendo sido aprovado com doze votos a favor, seis abstenções e dois votos contra. --

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, fez a sua declaração de voto no sentido de dizer que o seu sentido de voto vai contra este orçamento por dois motivos. Um, porque a



Freguesia de Mondim de Basto não foi chamada, portanto entende que a Freguesia Mondim de Basto não faz parte deste orçamento. Considera que o Senhor Presidente quis fazer o orçamento à sua maneira, por isso a Junta de Freguesia não pactua com esse orçamento. Mas para ele, o mais grave é que, mais uma vez, o Senhor Presidente não esclarece algumas questões que são colocadas, só lhe convém esclarecer ou fazer algumas brincadeiras, porque às coisas sérias o Senhor Presidente não responde. Segundo o Decreto-Lei 120/2012, este levanta muitas duvidas sobre se a autarquia pode ou não pode receber esse milhão e meio de euros e o Senhor Presidente não justifica aqui esta questão. Considera que o sentido de voto é a sério e que se este documento for analisado no tribunal de contas e se se reparar que houve verbas lançadas incorretamente, os senhores deputados são chamados à responsabilidade. Portanto, como não ouviu do Senhor Presidente da Câmara uma resposta a uma pergunta colocada pelo deputado Fernando silva, coloca muitas dúvidas e esperava ficar aqui esclarecido mas não ficou. Concluiu dizendo que o seu sentido de voto é contra com sentido de responsabilidade pelo facto da freguesia não ser tida nem achada neste orçamento e porque não houve um esclarecimento sobre uma questão que em seu entender é séria e muita importante neste orçamento.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campanhó, Mabílio Ribeiro Peixoto, fez a sua declaração de voto no sentido de dizer que a seu sentido de voto vai contra porque não vê qualquer obra para a freguesia de Campanhó no orçamento e é por isso mesmo que vota contra.

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira fez a sua declaração de voto dizendo que se absteve nesta votação por este ser o último orçamento deste mandado e porque se exigia que, ao fim deste tempo, existisse um plano estratégico para o concelho, um rumo para as mais diferentes áreas, que se interligassem entre si. No entanto, continua-se a verificar que insistem nas



medidas pontuais e avulsas. Acrescentou que não vislumbra neste orçamento e opções de plano medidas para combater a desertificação, para desenvolver a economia local ou para atrair investimento. O território tem perdido competitividade com o passar dos anos e não se verifica uma estratégia do município para inverter esta situação. Considera que, ao fim deste tempo, este executivo tem revelado falta de capacidade para atrair investimento ou para implementar projetos para o desenvolvimento. Concluiu dizendo que, e antes que o Senhor Presidente da Câmara assuma a sua incapacidade e volte novamente a solicitar os representantes dos partidos que estão no governo para usarem as suas influências para aprovação de projetos para o concelho, seria bom fazer um exercício de memória para identificar quais os grandes projetos que foram provados para Mondim durante este mandato enquanto o partido socialista esteve no governo.

2.3- Adequação da Estrutura Orgânica às regras e critérios previstos na Lei 49/2012 de 29 de agosto -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, iniciou a sua intervenção para dizer que relativamente a esta nova estrutura orgânica que a lei impõe possui algumas dúvidas e gostaria de ter alguma explicação pois pensa que, no artigo 25°, no ponto 3, existia uma possibilidade de ainda manter mais uma chefia por mais um período. Entende que dada esta redução brusca, se se pudesse comtemplar mais algum seria bom para que ele pudesse gradualmente organizar a sua vida. Acrescentou que o artigo 24°, no ponto 2, e, pelo que sabe, não foi levado à reunião de Câmara, cabia à Câmara Municipal a atribuição de despesas de representação e à Assembleia. Entende que como as despesas de representação não foram levadas à Câmara nem à Assembleia, a autarquia não poderá atribuir as despesas de representação aos novos que ficarão com as chefias de divisão. ----



O membro municipal Bruno de Moura Ferreira iniciou a sua intervenção solicitando um pequeno esclarecimento: esta nova lei que reduz o número de cargos dirigentes é de 29 de agosto de 2012, 5 das 6 comissões de serviço vão até 31 de julho de 2015, pelo que gostava de perguntar, até porque esta informação não está na documentação entregue, qual foi a data do despacho para estas nomeações e qual é a data de publicação no Diário da República. --

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que foram levantadas aqui questões de ordem jurídica e que não iria responder no momento, pelo que, se pretendessem, a informação teria que ser apresentada por escrito e que se acham que os chefes de divisão não devem ter despesas de representação, que o assumam e digam, pois enquanto for Presidente da Câmara não retirará direitos aos trabalhadores da Câmara, nem despedirá funcionários, pois essa não é a sua postura. Quanto às questões jurídicas, referiu que se assim o pretendessem as mesmas poderiam ser apresentadas por escrito, nomeadamente o despacho, porque não tem o facto de memoria mas terá muito gosto depois em responder. -----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, referiu que considera intencional o Senhor Presidente da Câmara querer distorcer as suas palavras, as suas questões, as suas perguntas. O que entende é que a lei diz que devia ter ido a reunião da Câmara porque as despesas de representações, antigamente, eram obrigatórias, quer quisesse, quer não quisesse, a Câmara Municipal teria que autorizar. Com essa alteração o Senhor Presidente da Câmara tem que propor o pagamento das despesas de representação. Como não levou isso a reunião de Câmara, automaticamente os chefes de divisão não vão ter despesas de representação. Referiu que apenas questionou o Senhor Presidente para saber porque é que não foi à reunião de Câmara. Se é para baixar as despesas com pessoal, tudo muito bem, é uma explicação. -----



Não havendo mais intervenções relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Adequação da Estrutura Orgânica às regras e critérios previstos na Lei 49/2012 de 29 de agosto que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e duas abstenções.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, fez a sua declaração de voto no sentido de dizer que a sua intenção de voto vai no sentido da abstenção por falta de esclarecimento. Sabe que não altera a aprovação, a aprovação é de lei, portanto ela já estava aprovada por natureza. A sua abstenção é por falta de esclarecimento, o que lamenta, só tem direito a um esclarecimento quando o Senhor Presidente da Câmara quer insultar.

2.4- Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços -----

O membro municipal Maria Manuel da Lança Cordeiro Ferreira Martins usou da palavra para felicitar o Senhor Presidente da Câmara e todo o executivo pela entrada em funcionamento da oficina móvel. Este foi uma medida que desde o início a entusiasmou muito porque pensa que essa medida de facto vai ao encontro das necessidades dos mais carenciados do concelho e, como disse o Senhor Presidente da Câmara, às vezes são pequenas coisas que modificam e muito e melhoram a vida das pessoas. No que diz respeito ao regulamento em análise, gostava de pedir um esclarecimento que é o seguinte: no ponto 4 — alargamento e restrições de horários - diz que a Câmara para alargar ou restringir os limites fixados no artigo 2 deve observar cumulativamente os seguintes requisitos: a situação dos estabelecimentos, que não afetem a segurança, a tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes e que não desrespeitem as características socioculturais e ambientais da zona e as condições de circulação e estacionamento. No ponto 3 volta a referir-se que



a Câmara tem competência para restringir os limites fixados, desde que estejam comprovadamente em causa razões de segurança ou pertençam da qualidade de vida dos cidadãos. No entanto, no ponto 4, ao referir a proporcionalidade entre os motivos da restrição e os interesses dos consumidores e das entidades económicas ficamos sem saber a a qual dos pratos da balança é dado um peso maior: aos habitantes ou aos consumidores e atividades. É essa a sua pergunta.

O membro municipal Luís Sabino de Moura usou este minuto para lançar um desafio sério à Câmara e à Assembleia. Acha que fazer esta gestão dos estabelecimentos é importante mas é difícil fazer uma gestão adequada sem que previamente se defina em regulamento onde é que começa a zona histórica e onde é que acaba. Onde é que se pode instalar bares e onde é que não pode. A Câmara de Mondim não tem esse regulamento e não pode passar mais 10 sem tem ter um regulamento desses que é um instrumento essencial para fazer uma gestão adequada do concelho nesta matéria. E também não se pode assistir àquela questão da Avenida da Igreja facto que se tem que resolver e só se resolve quando a Câmara decidir fazer um trabalho sério e de



facto definir onde é que é a zona histórica, onde é que pode haver restaurantes, onde e que pode haver bares, onde é que há discotecas. Terminou dizendo que é importante que todos façam uma reflexão porque não é possível manter uma situação, o direito do bar existe, mas também existe o direito das pessoas, e pensa que este é superior, tem que ser acomodado a estas coisas e não se pode acomodar quando não há um regulamento que defina.

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para referir que este regulamento que agora está em análise e aprovação, já foi aprovado em reunião de Câmara e depois foi sujeito à discussão pública, não houve qualquer participação, voltou novamente à reunião de Câmara e agora é aprovado na Assembleia Municipal para depois poder entrar em vigor. Acrescentou que o objetivo politico deste regulamento é o seguinte: tem havido vários problemas, várias queixas relativamente àquilo que referiu a deputada Maria Manuel, que eu concordo subscrevo, que é este exercício que nem sempre é fácil de conciliar aquilo que é a atividade comercial e a dinamização do comércio com o sossego e a tranquilidade dos moradores e às vezes as coisas não são conciliáveis. Considera que vale a pena fazer um último esforço para tentar conciliar estas duas partes: os moradores e o comércio. Isto pode ser feito através da instalação de dispositivos limitadores de som. O objetivo é, e pensa que todos concordam, no fundo há os bares aberto até às 4 da manhã mas com o som devidamente limitado graças a estes dispositivos e para acabar com algumas dúvidas que às vezes surgem como se o som está ou não dentro dos limites porque a Câmara também não tem os meios técnicos e humanos para poder fazer essa medição. É um esforço que a Câmara está a fazer e coloca nisto algumas espectativas para que possa, não resolver o problema de todo mas pelo menos atenuar o problema dos moradores e as queixas. Concluiu dizendo que este regulamento surge



também por imposição do Licenciamento Zero mas é sobretudo para tentar atenuar este problema. Vamos ver como é que isto funciona, é a primeira experiencia, vale a pena tentar e se as coisas não correrem bem naturalmente que serão tomadas as medidas necessárias. Terminou dizendo que este regulamento foi analisado no Concelho Municipal de Segurança e portanto as pessoas pronunciaram-se favoravelmente em relação a esta alteração. ------

Não havendo mais intervenções relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços que foi aprovado por maioria com quinze votos a favor e cinco abstenções. -O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, fez a sua declaração de voto no sentido de dizer que no Concelho Municipal de Segurança votou a favor pela simples razão: como o Concelho de Segurança esteve um ano e meio sem reunir, elaborou uma coleção de problemas que existiam na freguesia e confessou que não estudou este regulamento e agora, com tempo, estudou e viu que tem várias lacunas por preencher, não vai o encontro do tal regulamento do ruído. Portanto, referiu que não é contra os limitadores mas entende que os limitadores não devem ser colocados de qualquer forma, devem ser colocados com regras e o próprio regulamento diz que essas regras têm que se encontrar e que é da competência da autarquia a classificação de zonas sensíveis e mistas A Câmara Municipal não se preocupou com isso porque é mais fácil colocar linearmente os dispositivos. Pensa que isso poderá ajudar principalmente os moradores mas poderá prejudicar os bares. Entende que este regulamento não é justo. Acrescentou que o Regulamento Geral do Ruído também diz que o Estado fornece os técnicos e os equipamentos necessários para definir essas zonas. ---



2.5- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Assembleia
Distrital de Vila Real
Para a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a
Assembleia Distrital de Vila Real, procedeu-se à eleição por voto
secreto, tendo sido eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de
Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, com oito votos
O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando
Carvalho Gomes, fez a sua declaração de voto manifestando que tinha todo o
gosto em representar as freguesias de Mondim de Basto na Assembleia
Distrital de Vila Real. Realçou que aquando da realização dessas assembleias
iria solicitar transporte da autarquia, por ser um direito, e despesas de
alimentação
2.6- Informação do Executivo
O Senhor Presidente da Mesa deu o uso da palavra ao Senhor Presidente da
Câmara que referiu que a informação do executivo era extensa e
pormenorizada, pelo que não era necessário fazer uma introdução neste
ponto. Referiu que iria dar a palavra à Senhora Vereadora com o pelouro da
Ação Social para dar uma breve explicação sobre uma questão referida nos
pontos anteriores
A Senhora Vereadora Teresa Rabiço usou da palavra para se referir à
intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campanhó,
realçando que não gostava de referir conversas privadas, nem conversas que
não são públicas, porque acha que não se deve, mas que queria explicar a esta
Assembleia uma situação simples que se prende com o almoço solidário dos
idosos do Natal. Referiu que na reunião do dia 24 de outubro, na reunião da
rede social, em que estiveram presentes os Senhores Presidentes de Junta, foi
colocada a questão de se dar cumprimento ao plano anual de atividades, uma
das atividades era essa, par realizar o almoço solidário para idosos a nível do



concelho. Foi levantado o problema na reunião, foi colocada a questão, foi aprovado por unanimidade no núcleo executivo e foi aprovado por unanimidade no núcleo da rede e aí ninguém levantou nenhuma questão. O Senhor Presidente da Junta de Campanhó não pôde estar presente por motivos pessoais e profissionais, pelo que se entrou em contacto com ele para expor a questão, tendo o mesmo concordado que estava tudo bem/Passado algum tempo recebo um ofício do Senhor Presidente da Junta de Mondim que refere que a Junta de Freguesia não adere ao almoço solidário para idosos porque a Câmara marcou o dia das concertinas para o mesmo dia do magusto da Junta de Mondim, não concordando com essas situações. Passados uns dias o Senhor Presidente da Junta de Campanhó vem dizer que também não quer vir porque as pessoas estão chateadas por causa do problema das juntas de freguesia. Respeita estas decisões mas tem pena porque no dia da reunião da rede era isso que se devia ter dito e resolvia se de outra maneira. Em relação à palavra, a palavra vale o que vale, a palavra é sempre uma coisa muito importante, que valoriza muito, e que apreendeu a valorizar. Esclareceu que não estava chateada nem zangada por aquilo que disseram. Para que não fiquem suspeitas o que se passou foi isto. O almoço solidário vai-se realizar na mesma porque os idosos não têm culpa e isto nasceu tudo já depois de reunião da rede e depois de estar tudo preparado. Acha que nos órgãos próprios, e aí os senhores presidentes de juntas têm assento, conhecem melhor os problemas sociais, devem dizer as coisas no momento e não passados uns dias. Temos que pensar todos que ninguém consegue fazer nada sozinho e é e por isso que existe a rede e é na rede que se discutem as coisas, é onde estão todos. Lamenta que tenha surgido aqui uma interpretação diferente. -----2.7- Intervenção do Público ------Encerramento da Reunião ------



Tendo terminado as intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.

A pedido do membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva, o Senhor Presidente da Mesa deu o uso da palavra, referindo que estava a abrir uma exceção.

O membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva referiu que não queira da parte do Senhor Presidente da Mesa nenhuma exceção, acha que não vale a pena, não é por ai que temos que entrar mas sim pelo bom senso. Acrescentou que queria de uma forma muita própria elogiar a forma descritiva, pormenorizada como o Senhor Presidente da Câmara procura mostrar aquilo que vai fazendo, as preocupações ambientais, as candidaturas que faz, todo o trabalho que tem sido desenvolvido desde esta altura até ao momento. Considera no entanto que não pode deixar passar em claro duas questões e chamou a atenção do Senhor Presidente da Mesa pela responsabilidade que tem em gerir esta assembleia e pelas questões que os senhores deputados colocam, gostava de saber se era possível ter uma resposta a duas questões apenas. Referiu que leu com cuidado e por isso o elogio do trabalho mas não pode deixar de fazer referencia a um conjunto de obras que não figuram neste documento e a única questão que quer colocar de uma forma simples direta, clara é esta: o executivo cumpriu relativamente às obras porque há um conjunto de obras que não aparece, ou esqueceu de colocar por ser um documento tão denso. O executivo não faz alusão a algumas obras e a questão que coloca é tão simples quanto isto: o executivo está a cumprir os procedimentos de publicitação das obras que executa na plataforma www.anogov.pt? O executivo está a cumprir a lei dos compromissos obrigatória em vigor? É porque se não está a cumprir, algumas obras estão feitas e os empreiteiros não vão receber. -----



Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa deu por
encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de
lida na sessão de 23 de fevereiro de 2013 e por estar conforme, foi aprovada e
vai assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e Primeiro Secretário que a
redigiu